

O Conceito do Economista ⁽¹⁾

por

HENRIQUE DE BARROS

Professor do Instituto Superior de Agronomia

1 — A actividade do economista agrário nos domínios da investigação científica e no campo laboratorial (tema obrigatório desta comunicação) reclama, evidentemente, uma interpretação de sentido muito lato.

Laboratório no significado material da expressão pode e deve existir para aquele economista: será o espaço delimitado pelas paredes do seu gabinete de trabalho onde os recursos da bibliografia, da informação económica e estatística, do desenho e dos meios de cálculo (tabelas, régua e máquinas) estejam à sua disposição em termos de lhe permitirem ou facilitarem a tarefa indagadora e crítica relativa a certo fenómeno ou a determinada conjuntura económico-sociais.

Mas *laboratório* haverá de ser também, para esse cientista, todo o território agrícola da sua zona de inquirição, pois que o objecto imediato e principal da sua curiosidade nunca poderá deixar de ser o homem produtor e consumidor agindo nos locais onde vive ou por onde transita, bem como as relações de ordem material (isto é, concernentes à aquisição de riqueza por via do mecanismo da troca) que a humanidade entre si mantém, observadas nas próprias regiões em que se manifestam. Em resumo, e por consequência, poderá dizer-se que o mais importante laboratório, ou local de trabalho, do economista agrário será o *Campo*. Torna-se, por isso mesmo, um tanto artificiosa, quanto a esta ciência, a diferenciação estabelecida neste Symposium entre a

(1) Contribuição para o 2.º Symposium — Organização da Investigação Científica Ligada à Agricultura — do I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, Lisboa, 1943.

investigação realizada no *laboratório* e aquela que se *conquista no campo*, ao invés do que se verifica na biologia, na físico-química, na tecnologia e na patologia, ciências em que tal distinção é flagrante.

Não obstante, e desde que se atribua à palavra *laboratório* sentido mais simbólico que real, mais espiritual que material, concebe-se sem dificuldade uma actuação puramente investigadora (do tipo mental e moral das que se produzem nos laboratórios propriamente ditos) aplicada ao estudo dos problemas sociológicos.

2 — A interferência do economista nas questões de que trata este «symposium» pode interpretar-se em sentido muito amplo, senão absolutamente genérico, ou em sentido restricto e preciso.

Intregrado no lúcido modo de ver da ilustre relatora (*), imagino duas possíveis atitudes de espírito por parte do investigador científico individualmente considerado: uma *interessada*, outra *desinteressada*. Mas uma só atitude perante o problema global da actividade científica da Nação, é lícita ao Estado, como intérprete que deve ser da vontade da maioria e como servidor que tem de ser das mais genuínas aspirações da grei: a actividade interessada. Mesmo quando fomenta investigações aparentemente não utilitárias, o Estado nunca deve perder de vista a necessidade da sua integração numa linha geral de pensamento científico e pedagógico bem definida e objectivada.

Antes de prosseguir, cumpre esclarecer que o adjectivo *interessado* se não utiliza aqui como querendo significar, no caso individual, que o investigador deva visar a satisfação de ambições pessoais de enriquecimento, predomínio ou glória; ou como pretendendo exprimir, no caso colectivo, que os Estados devam guiar-se fundamentalmente por preocupações de mero engrandecimento material ou de supremacia no concerto internacional. Tais pretensões, sempre condenáveis e cada dia mais ilícitas moralmente, melhor se apelidariam de *interesseiras* que de *interessadas*.

Definirei, portanto, como *interessada* a posição daquele investigador que vise concretamente à elucidação de certo problema prático ou à obtenção de certo resultado preconcebido e previsível e de provável efeito benéfico para a humanidade; e como *desinteressada* (isto é, despida de palpável objectivação material) a daquele investigador que, alheado dos cuidados colectivos, mais não pretenda do que desvendar segredos da Natureza para mera satisfação dos seus impulsos

(*) Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria de Lourdes d'Oliveira.

individuais. Semelhante atitude, por nobre e intelectualmente elevada que seja (e não resta dúvida de que pode ser uma e outra coisa, por vezes em luminoso grau), merece, todavia, também o nome de egoísta na verdadeira e etimológica significação da palavra, ao passo que a primeira, ainda que muitas vezes de menor categoria mental, se reveste sempre de acentuado carácter altruísta.

3 — Ora, de modo geral, é verídico asseverar que toda a vez que a posição individual ou colectiva perante a investigação pertença ao tipo a que chamei interessado, terá fatalmente raiz e finalidade *económicas*, visto constituir, em última análise e embora indirectamente, actividade humana aplicada na aquisição de objectos económicos (bens ou serviços). A concepção e a organização da investigação científica ligada à agricultura implicam por força, isto é, pela própria natureza das coisas, a adesão do investigador ao conceito interessado e reclamam portanto a objectivação económico-social da actividade pesquisante.

Neste sentido, por consequência, o *conceito do economista*, a que que se refere o n.º 9 — IV da constituição do 2.º Symposium e que fui encarregado de definir, engloba e domina toda a enorme tarefa de investigação no campo agrário, a tal ponto que se poderia inferir deste facto notório não haver motivos para considerar em separado aquele conceito, pela simples razão de que, no fundo, o biólogo, o físico-químico, o tecnólogo e o patologista, ao versarem temas de aplicação agrícola, praticam economia agrícola, embora de modo indirecto e sem darem frequentemente por isso.

Esta será a interpretação em sentido amplo da interferência do conceito económico na investigação científica ligada à agricultura.

4 — Não é, porém, da definição e da análise deste modo genérico de ver o problema que me encarregou a ex.^{ma} relatora, mas sim de coisa mais delimitada, mais objectiva e muito mais directa; isto é, de expor o conceito restricto, digamos especializado ou até profissional, da investigação científica no campo económico-agrário. Tentarei fazê-lo nas breves páginas que seguem.

Investigar é procurar reduzir os limites do ignoto. Deixa de haver motivo para investigação relativamente àqueles sectores da ciência de que a Humanidade haja logrado alcançar integral, perfeito e íntimo conhecimento. Mas existirão, porventura, tais sectores? As pessoas apressadas ou mal informadas poderão, talvez, responder pela afirmativa e supor que a Economia é precisamente um deles ou que — admi-

tindo embora a existência de aspectos mal conhecidos na vida económica — nenhuma preparação profissional nem apetrechamento técnico-científico algum se tornam necessários para pesquisar, *descobrir* e apresentar ao público a essência ou a razão de ser de tais aspectos, evidentes por si mesmo ao que julgam tais pessoas.

A verdade anda, todavia, muito arredada desta frequente convicção. A intimidade das acções económicas individuais e sociais, o «*substractum*» real de muitos factos e acontecimentos públicos, a verdadeira infra-estrutura de certos edifícios sociais de aparente equilíbrio ou enganadora solidez — não só continuam a ser desconhecidos, mas não podem deixar de sê-lo, sem a mais vasta, dinâmica, tenaz e percuente obra de inquirição de tom científico, isto é, de desapaixonada, imparcial e corajosa procura da verdade, à margem de doutrinas, escolas e partidos.

Observados e descritos os animais e as plantas cuja inconsciente vitalidade a espécie humana tenta, por meio da agricultura, canalizar em seu proveito; analisado e medido até onde é possível o ambiente físico-químico em que nascem, vivem e operam aqueles seres; estudadas as mais eficientes técnicas de aproveitamento do solo e dos animais, bem como as indispensáveis ou simplesmente úteis transformações industriais de certos produtos da terra; encarada a questão da defesa sanitária das plantas cultivadas e dos animais domésticos — não ficam abrangidas todas as facetas científicas e técnicas da actuação do homem nos domínios da arte agrícola. Resta, com efeito, estudar esta acção considerada *em si mesma*, desde os móveis que a determinam até aos fins que pretende atingir, desde os esforços que a distinguem e os meios de que lança mão até aos resultados a que visa e consegue ou não alcançar. A investigação científico-agrária, creio eu, só merecerá dizer-se completa quando tiver versado também este aspecto, quando tiver facultado ao economista agrário a possibilidade da sua cooperação, quando tiver permitido que a estrutura agrária dos povos e o comportamento do habitante no que respeita às relações sociais de ordem material possam ser objecto de esclarecedora curiosidade.

Ao promover, estimular ou facilitar as investigações científicas em domínio tão material e utilitário como é o agrícola, o fim último do Estado é assenhoriar-se de dados, informações e conhecimentos que lhe permitam governar com mais eficacia e *consciência*, isto é, que reduzam a margem da incerteza e da imprevisão a que tem estado, em geral, largamente submetida a actividade dos políticos e até a dos seus cooperadores técnicos.

Ora, quem se atreverá a negar a benéfica e iluminante influência na esfera legislativa e na acção executiva que resultaria de se adquirirem conhecimentos da categoria dos que enumero em seguida, a título de exemplo, e acerca dos quais, *sem uma excepção*, não dispomos actualmente, em Portugal, senão de noções incompletas, fragmentárias, imprecisas, e até muitas vezes erróneas? Ninguém, ao que supponho, contestará a vantagem de apurar cientificamente tudo o que respeita aos seguintes temas:

- a) Divisão agrícola do território nacional;
- b) Avaliação exacta da produção nacional agro-pecuária;
- c) Resultados económicos médios dos vários sistemas, usados ou preconizados, de exploração do solo (culturas, rotações, gados);
- d) Custo de produção dos principais géneros agrícolas;
- e) Aspectos concretos nacionais da lei dos acréscimos decrescentes de rendimento;
- f) Regimens da propriedade rústica e divisão jurídica do território nacional;
- g) Formas de exploração agrícola e tipos de empresa em agricultura;
- h) Valores da propriedade rural por culturas e regiões;
- i) Sub-divisão da população rural em categorias profissionais (insuficientemente revelada pelos actuais recenseamentos, mau grado os recentes e importantes aperfeiçoamentos de que foram objecto);
- j) Situação económica real das classes rurais (receitas, orçamentos, nível de vida).

5 — Em Portugal não há actualmente (após a extinção da Estação Agrária Central que compreendia uma Secção de Estudos Económicos chefiada pelo Prof. Mário d'Azevedo Gomes e que deixou feito muito trabalho útil) organismo especializado algum que se consagre exclusivamente à investigação no campo económico-social-agrário.

Não obstante, tão flagrante e imperiosa é a necessidade de proceder àquela investigação que dela têm sido forçados a ocupar-se serviços oficiais criados para agir e não para inquirir, tais como a Junta

de Colonização Interna e a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, bem como diversos organismos corporativos e de coordenação económica. A elaboração dos projectos de colonização, de correição da estrutura agrária e até de simples regulamentação do logradouro de baldios (atribuições da J. C. I.) não pode efectivar-se sem prévio, minucioso e profundo conhecimento das características social-agrária e económico-agrícola dos territórios em causa. O mesmo se poderá dizer de qualquer dos projectos de aproveitamento hidráulico da J. A. O. H. A. Não há carta agrícola (querer dizer: de distribuição da superfície pelas culturas e modos de aproveitamento do solo) e cumpre organizá-la, toda a vez que surge a necessidade da sua consulta; está ainda muito atrasado o cadastro predial geométrico e é, frequentemente, mister promovê-lo; são em geral deficientes as indicações sobre a constituição das populações rurais das zonas a beneficiar e há que completá-las por inquéritos especiais e directos; são praticamente nulos os estudos de contabilidade agrícola, quase nada se sabendo, por tal motivo, acerca do resultado financeiro verificado ou presumível de inúmeras culturas, o que torna indispensável a elaboração das contas de exploração ou de cultura sem as quais não é possível fundamentar projecto algum. Conheço de perto a actividade destes dois organismos e sei que parte considerável do tempo e do esforço dos seus distintos e devotados técnicos é absorvida na realização de tarefas que têm carácter de pura investigação, e das quais resulta por vezes (observe-se de passagem e lastime-se) chegar-se à honesta mas triste conclusão da inconveniência ou da inviabilidade da obra que se tinha em mente vir a realizar.

Ainda há pouco, ao criar-se a Intendência Geral dos Abastecimentos, foi necessário dotá-la com uma Secção de Informação Económica, por não existir serviço público especializado que tivesse reunido ou pudesse sem demora vir a reunir os elementos informativos necessários à actividade deste novo organismo.

E quanto aos organismos corporativos e de coordenação económica, muitos deles se têm encontrado perante a necessidade de improvisar serviços de estudos económicos que os habilitem a intervir com algum conhecimento de causa na formação dos preços dos produtos que lhes dizem respeito.

6 — Não tem sido esta a orientação seguida em muitos países progressivos. Antes pelo contrário, a tendência manifestada tem sido a de conceder independência e meios de trabalho a variadas institui-

ções da índole da que se preconiza nesta comunicação. Exemplifiquemos rapidamente.

Na Inglaterra funcionam, junto de quatro universidades, outros tantos centro especializados em pesquisas de carácter-económico-agrícola: em Oxford — o «Agricultural Economics Research Institut»; em Reading, Leeds e Bristol — três «Agricultural Economics Departments»; e há, outrossim, 11 centros oficialmente reconhecidos para o exercício de actividades da mesma natureza.

Na Bélgica, o Instituto Agronómico de Gembloux dispõe de um «seminário» que se dedica em especial a questões de economia social e política.

Na Alemanha, além do mundialmente célebre «Institut für Konjunkturforschung» (Instituto para o Estudo da Conjuntura) cujos numerosos técnicos acompanhavam, explicavam e procuravam prever a evolução das colheitas e dos preços, mereciam referência o «Institut für Landbaupolitik» e o «Betriebslehre», ambos criados para o estudo científico de problemas económicos e de política agrária.

Na Itália, fundou-se há anos o «Istituto Nazionale di Economia Agraria», importante serviço público cujo orçamento atingia a cifra de 18 milhões de liras e em cujo quadro havia 24 especialistas em assuntos de economia agrária; em ligação com o Instituto, constituindo como que o seu prolongamento regional e os seus órgãos de colheita directa de material de estudo, existem «Observatórios de Economia Agrícola» junto das Faculdades de Agronomia.

Na Checoslováquia funcionava, na cidade de Praga, o «Instituto de Estado para a Contabilidade e a Economia Rurais», e o «Instituto de Política Agrícola» da Academia de Agricultura, havendo também, junto das Universidades de Brno e de Lichwerde, Institutos locais com finalidades idênticas às do primeiro.

Na Suíça, a prestimosa «União dos Camponeses Suíços» tem, mercê da difusão em larga escala da prática da contabilidade agrícola, conseguido reunir a mais completa, minuciosa e *verídica* documentação sobre a situação económica da agricultura suíça que é possível imaginar.

Na América do Norte é vastíssima e complexa a actividade científica de carácter económico-agrícola e social-agrário exercida quer pelo «Bureau of Farm Economics» do Departamento da Agricultura, quer por organismos análogos subordinados aos Governos Estaduais, quer por intermédio das numerosas e bem apetrechadas Escolas de Agronomia das Universidades.

7 — A terminar, apontarei em sumariíssimo bosquejo o que julgo dever levar-se a efeito, entre nós e desde já, no que toca à *organização da investigação científica aplicada à Economia Agrária*, tema desta despretenciosa comunicação.

Antes de mais nada, cumpre pôr em relevo a indispensabilidade de criar, pelo menos, um organismo ou um serviço especializado na matéria. Seria prematuro e até inoportuno querer levar este Symposium a emitir opinião sobre a categoria, a natureza e as atribuições de tal organismo ou de tal serviço, razão pela qual entendo não dever pronunciar-me agora a este respeito. De resto, a questão do nome e da estrutura, ainda que importante, é de ordem secundária. O que interessa é que o organismo exista, que lhe não falte direcção em que o entusiasmo se alie a vigilante senso crítico, que o *espírito* seja aquele que o Prof. Branquinho de Oliveira autorizadamente descreve e que os meios de agir não sejam nem impróprios nem mesquinhos.

Vejamos, posto isto, a que problemas deveriam os trabalhadores deste novo laboratório consagrar seus esforços. Não se trata de expor com minúcia um programa de acção e um conjunto de processos de trabalho, mas tão somente de enunciar os principais fins e de referir, a propósito de alguns destes, a forma mais conveniente de proceder em ligação com outros serviços oficiais.

Começarei por expor os principais objectivos que julgo deverem ser os do ramo de investigação agrária a que me venho referindo:

1.º — Promover todos os inquéritos sobre:

- a) A repartição da propriedade rústica;
- b) As formas de exploração em agricultura (isto é, a importância relativa da conta-própria, do arrendamento e da parceria e as características usuais dos respectivos contractos);
- c) Os tipos de empresa agrícola (particularmente o tipo familiar) no que concerne à sua estrutura e aos seus resultados;
- d) Os aspectos nacionais e internacionais da actividade cooperativa em agricultura;
- e) A divisão agrícola-florestal dos territórios nacionais (elaboração da carta agrícola ou de distribuição das culturas);

- f) A posição económico-financeira das diversas culturas e rotações e das várias espécies pecuárias (apuramento contabilístico de rendimentos, de lucros ou perdas e de custos de produção);
- g) A colocação interna dos produtos agrícolas;
- h) O comércio externo dos mesmos produtos;
- i) Os níveis de vida das classes sociais interessadas na actividade agrícola (a averiguar por meio de inquéritos de tipo monográfico).

2.º — Analisar as necessidades e as possibilidades económico-agrárias das diversas regiões agrícolas nacionais, especialmente na parte respeitante às condições de fixação da população e às perspectivas de estabelecer colonos oriundos de outras regiões ou de promover e regular a emigração de e para outras zonas.

3.º — Estudar os modos de evitar prática e eficientemente os malefícios da excessiva fragmentação da propriedade e da exploração ou, inversamente, os princípios técnicos a seguir na criação de novos proprietários ou empresários.

4.º — Estudar as condições jurídico-económicas dos contratos de arrendamento e de parceria, de modo a tornar-se possível a regulamentação legal destas formas indirectas de exploração agrícola e a elaboração de contratos-tipo capazes de assegurar justiça a ambos os contratantes.

5.º — Realizar observações e ensaios sobre a possibilidade de melhorar a condição material e moral da mulher no campo, como garantia de progresso no lar rural e de perpetuamento duma população sã.

6.º — Encarar as possibilidades de melhoria do nível de vida das populações rurais (pequenos empresários e trabalhadores assalariados, em especial) no que respeita aos problemas da habitação higiénica, do vestuário adequado, da alimentação suficiente e equilibrada e da cultura mínima indispensável à dignificação individual.

7.º — Cooperar com o Instituto Nacional de Estatística, de modo a que, tanto nos apuramentos demográficos, como nos relativos à produção e aos preços, como em quaisquer outros de utilidade económico-

-agrícola, os dados colhidos se revistam da máxima pormenorisação e da máxima capacidade de servirem ao estudo da situação económica do País.

Qualquer dos assuntos expostos reclamaria muitas explicações, anotações e abundância de exemplificação. Limitar-me-ei, todavia, a breves notas complementares sobre certos aspectos que delas mais careçam.

Todos os estudos e inquéritos mencionados (e outros, de análoga índole, que pudessem ocorrer e sem dúvida ocorreriam) seriam promovidos ou por iniciativa do organismo investigador ou por expressa incumbência superior. Esta última hipótese verificar-se-ia em particular quando surgisse a necessidade de estudar a fundo as condições existentes em certa zona do país onde houvesse o propósito de efectuar, através dos apropriados serviços de fomento ou de reforma, qualquer importante obra de melhoramento fundiário, de correcção demográfica ou de reorganização agrária.

Quanto aos estudos propostos sobre repartição da propriedade fundiária, formas de exploração e divisão agrícola do território nacional, conviria que fossem, normalmente, realizados em cooperação com os Serviços do Cadastro Geométrico (actualmente confiados ao Instituto Geográfico e Cadastral e que muito conviria intensificar consideravelmente), bastando para tal que, no acto da avaliação e do parcelamento agrícola dos prédios rústicos, os engenheiros agrónomos daqueles serviços completassem o seu inquérito com um breve questionário previamente elaborado. As operações cadastrais (quer topográficas, quer avaliatórias) são, entre nós, realizadas com tais precisão e minúcia que, desde que completadas com um sumário inquérito sobre as formas de exploração, conduziriam à obtenção de todos os dados que fossem de desejar sobre a *estrutura agrária* da Nação.

O estudo a que chamei da economia das culturas e dos gados exigiria, além da realização eventual de inquéritos directos e especiais, a montagem dum «serviço central de contabilidade agrícola», cuja missão seria, por um lado, a divulgação e a propaganda da contabilidade entre as empresas agrícolas e, por outro lado, o aproveitamento sistemático, para fins de investigação económico-agrícola geral, dos dados obtidos por intermédio do exame dos livros e outros registos da escrituração. Mais concretamente, seriam atribuições de tal serviço: a) estudar modelos simples do registo de rendimentos e de despesas e de realização de inventários; b) promover a propaganda e ensinar o uso de

tais modelos entre as empresas agrícolas; c) orientar, e até auxiliar directamente, os empresários na operação contabilística basilar da realização do inventário anual dos capitais constituintes da empresa; d) apurar, sob garantia de sigilo, os resultados económicos das empresas e comunicá-los aos interessados juntamente com a crítica técnico-administrativa resultante do seu exame; e) utilizar tais resultados (em conjunto e sob garantia de anonimato) para fins estatísticos e de análise económica.

8 — Não tenho estado, insisto, a elaborar programas circunstanciados nem a pretender exgotar um assunto, em si mesmo inexgotável pela sua vastidão e seu profundo, palpitante, interesse humanitário. Procurei, tão somente, expor directrizes genéricas, traçar ao de leve a linha geral dum pensamento e duma intenção que julgo ajustarem-se muito de perto ao grande tema que vimos a debater e se intitulou a «organização da investigação científica ligada à agricultura».

Se tiver logrado compenetrar o culto auditório a que me dirijo e onde ocupo o mais modesto lugar, da razão de ser, das vantagens nacionais e das largas e úteis perspectivas da investigação científica no campo económico-agrário, considerarei como bem desempenhada a missão que me foi atribuída neste Symposium e que consistiu em tentar definir o *Conceito do Economista*.

